

A ESCOLA QUE NOS PRODUZ A CADA DIA: DIFERENÇA, IDENTIDADE E UNIVERSALIDADE

José William Moreira Moreno Filho

Resumo – O presente artigo tem como escopo problematizar as noções de *diferença, identidade e universalidade* sob a ótica da filosofia da diferença de Gilles Deleuze. Dentro dessa perspectiva será analisado o papel da escola na produção de subjetividades alheias ao desenvolvimento de um outro pensamento diante das diferenças. Para isso, em primeiro lugar, destacaremos o enfoque empresarial dada às escolas contemporâneas em detrimento de uma formação mais ampla que preze pela ética e pela política. Para em segundo lugar expor a dificuldade de introduzir no espaço escolar temas que problematize as minorias e diferenças no seu sentido geral.

Palavras-chave – Diferença. Identidade. Universalidade. Escola. Subjetividade.

A escola é uma das dimensões fundamentais que “prepara” o ser humano para a vida (pessoal e profissional). A transmissão de valores e de conhecimentos adquiridos e produzidos socialmente faz parte do seu objetivo e princípio. É fácil encontrar discursos retóricos que propalam a visão, a missão e os valores com os quais tais instituições estão comprometidas. Por exemplo: *participar integralmente da formação do cidadão, compromisso ético e responsabilidade social de acordo com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, disseminar ideias de solidariedade e sustentabilidade ambiental*¹, além do compromisso evidente com a transmissão do conhecimento. Contudo, vê-se que tais discursos encontram-se vazios e fora de qualquer propósito maior como o de uma “real” formação, se é que essa real formação existe.

Pensando a escola pública, sem pretensão alguma de verdades totalizadoras, percebe-se, em geral, que as políticas públicas educacionais estão preocupadas em cumprir metas, subir no ranking, alfabetizar “a rodo”, sendo a estatística a mais nova aferidora capaz de lançar dados objetivos sobre a eficiência de uma determinada escola. Desenvolver, portanto, competências e habilidades é o que propõe de fato as escolas contemporaneamente, isto é, a formação humana, no sentido mais geral do

¹ Retirada da *homepage* de uma das instituições de ensino federal.

termo, torna-se desnecessário para o mundo do mercado, pois os princípios e os valores ficam somente no discurso.

Com a invasão do modelo empresarial escolar restaram apenas os discursos pedagógicos utilizados de forma retórica e despropositados por educadores no presente. Estes discursam em prol da emancipação através da disseminação do conhecimento, porém, na prática, não se comprometem com aquilo que declaram. A questão é que nem o modelo empresarial escolar (produzir no corpo discente habilidades e competências) é conseguido de fato. Isso acontece por uma soma de fatores: descaso das autoridades competentes com a educação e em consequência disso insatisfação total dos “atores” que compõem essa esfera e do seu público alvo, a população.

O que se pode perceber através desta breve análise é que, ao mesmo tempo, que criticamos os problemas da educação, ainda deposita-se todas as esperanças nela, como se ela fosse a redentora de todas as mazelas sociais, políticas, culturais e econômicas. Esquece-se que a educação escolar é apenas uma das esferas que compõe a realidade e que pode ter ou não uma função formadora no sentido mais amplo da *Paidéia* grega. Diante disso, surgem questões específicas que não temos pretensão nenhuma de responder a não ser problematizar: *até que ponto a escola pública no Brasil reforça preconceitos preestabelecido pela sociedade? O que pode a escola? Problemas como gênero, etnia e sexualidade são discutidos em sala de aula? A escola contribui para a manutenção das desigualdades e das injustiças sociais? Ela pode ser um espaço de resistência?*

*

Sendo a escola ainda um espaço importante para a sociedade contemporânea notam-se nela traços ambíguos e paradoxais. Ao mesmo tempo em que ela reproduz e reforça o que há de mais abjeto em nosso mundo, por exemplo, o preconceito, o racismo, enfim produção de modos de existência microfascista, ela pode também suscitar fugas e resistências para além das padronizações imposta pela *maioria*. Isto é, a escola como um dos espaços de produção de subjetividade, pode sugerir práticas microfascistas ou práticas libertárias.

Claro que a escola não é a culpada de todos os problemas sociais, econômicos, culturais e políticos, muito menos a salvadora de todas as mazelas sociais como muitos apregoam. Porém, ela tem um papel crucial no que chamamos aqui de *processos de subjetivação* que podem ser assujeitadores e/ou libertários.

A instituição escolar, em geral, parece ter sucumbido aos interesses empresariais os quais focam na capacidade de produtividade e nas habilidades e

competências. O empreendedorismo hoje é o modo de existência padrão em que todos devem se espelhar. Devemos ser empreendedores de nós mesmos, investir um *capital humano* constante, assim, a nossa produtividade deve ser ininterrupta.

O interesse, creio, dessa teoria do capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, uma que poderíamos chamar de incursão de análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico [...] O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (FOUCAULT, 2008, p. 302. p. 311).

Como consequência, se somos micro-humanos-empresa, *homo oeconomicus* nos termos do Foucault, vê-se no outro, portanto, o concorrente que pode impedir o nosso sucesso. Dessa forma, o incitamento a competitividade e a responsabilização pelo o nosso próprio sucesso ou fracasso é a tônica dos currículos escolares aos quais os próprios gestores e docentes já se impregnaram na sua própria atividade laboral. De acordo com Silva (2010) a formação dos professores vem se constituindo nos últimos anos:

[...] como um processo de constante formação, as políticas educacionais defendem que o currículo deve se dirigir a finalidades mais funcionais e utilitárias. É dessa forma que a união do neoliberalismo com o neoconservadorismo pode configurar um discurso (p.181)

Em uma relação de poder molar (Instituição escolar e sociedade civil) pode-se indagar: “como a escola, com seus currículos e contingente humano, tem assumido papel preponderante na manutenção (ou não) desse quadro?”². Sob um olhar crítico, a escola não só falhou, mas contribuiu para aprofundar as desigualdades e injustiças sociais. Por exemplo, o “ocultamento” nos currículos escolares da multiplicidade, das diferenças culturais e vários outros ocultamentos propositais que foram formatando e moldando modos de existências padronizados. O currículo não tem o poder de padronizar todos, até porque existem as resistências e singularidades que trabalham

² FURLANI, Jimena. *Políticas identitárias na educação*.

sobre si mesmas impedindo o processo de assujeitamento. Porém escapar dessas práticas cada dia torna-se mais difícil.

Partindo para uma análise molecular ou microfísica das relações humanas dentro do âmbito escolar encontramos constantemente tensões entre os “atores” que compõe o teatro da educação formal brasileira. Gestores, professores (efetivos, temporários e voluntários), técnicos administrativos e estudantes entrelaçam-se em um emaranhado de relações de poder que podem gerar práticas libertárias e microfascistas.

O que designamos de práticas microfascistas no âmbito escolar? O poder parte de todos os lados; não há hierarquia de poderes. O poder não está centralizado em um ou dois personagens, mas espalhado e difuso³. Isso quer dizer que as práticas microfascistas partem não somente das dicotomias clássicas molares (Estado → Sociedade Civil / Gestor → Professor / Professor → Estudante), mas também pode partir do estudante em relação ao professor e deste em relação ao gestor. Isso fica evidente em pequenas atitudes do dia a dia escolar.

*

A questão da *diferença*, ou seja, da alteridade talvez seja a mola propulsora de todas as práticas racistas, homofóbicas, etnocêntricas, enfim fascistas e microfascistas. Quer dizer o outro, o diferente, o anômalo causa estranheza diante do padrão, do dito normal. O que fazer diante do diferente ou como explicar a diferença diante/dentro do padrão? Para sanar este problema, uma das maiores heranças deixadas pelo ocidente, para não falarmos de outras, foi o conceito de *universalidade*, em outras palavras, todos nós somos seres humanos iguais por nossa racionalidade, iguais perante a lei, iguais enquanto seres livres.

A questão é que o conceito de *universalidade* traz em si uma lógica abstrata e normatizante que acaba ditando o que é o certo e o errado, o bem e o mal, o normal e o desviante. Isto é, aqueles que não se enquadram no padrão acabam ficando a margem, excluídos, esquadrihados e muitas vezes patologizados pelos saberes das ciências médicas. Isso quer dizer que a *universalidade* é descoberta da lógica racional, a qual o princípio de identidade, o da não contradição e do terceiro excluído imperam na forma de pensar e agir nas sociedades ocidentais. Todavia, no “guarda chuva” da *universalidade* parece não caber todos. O que fazer com os que se “molham”?

A sociedade ocidental ainda forjada por uma visão falocrática, machista a qual o padrão universal de normalidade é: homem, branco, heterossexual, cristão e

³ Ver Deleuze. *Foucault*. Edições 70, 2005.

cidadão. Quer dizer, mulher, gays, lésbicas, trans, negros, índios... Enfim, a grande maioria da população mundial tornaram-se minorias desviantes do padrão.

Apesar dos esforços atuais para a inclusão dos excluídos, das políticas de inclusão, do investimento em identidades culturais. O que podemos perceber é uma tentativa débil de uma inclusão que exclui, de uma normalização e normatização daqueles que não se enquadram no padrão. A “aceitação”, tolerar o outrem e o politicamente correto buscam amenizar o que ainda permanece latente nas próprias políticas e movimentos sociais: o preconceito, o racismo etc. Não basta “aceitar”, mas sim perceber que as diferenças estão aí, presente nos outros e inclusive em nós mesmos.

A grande questão conceitual é que a *diferença* tratada dentro de uma lógica da identidade e do universal permanece presa aos ditames da racionalidade padrão. Deleuze, em *Diferença e repetição*, busca exatamente essa alforria da *diferença* dos ditames da lógica identitária. De acordo com ele:

O primado da identidade, seja qual for a maneira pela qual esta é concebida, define o mundo da representação. Mas o pensamento moderno nasce da falência da representação, assim como da perda das identidades e da descoberta de todas as forças que agem sob a representação do idêntico. O mundo moderno é o dos simulacros. Nele, o homem não sobrevive a Deus, nem a identidade do sujeito sobrevive à identidade da substância. Todas as identidades são apenas simuladas, produzidas como um “efeito” ótico por um jogo mais profundo, que é o da diferença e da repetição. Queremos pensar a diferença em si mesma e a relação do diferente com o diferente, independentemente das formas da representação que as conduzem ao mesmo e as fazem passar pelo negativo. (2006, p. 15-16)

O que Deleuze está propondo é libertar a diferença das categorias de identidade, do mesmo, da universalidade e da negatividade. Estas de suma importância para a tradição filosófica, desde Platão a Hegel. Nesse sentido, o conceito de dialética hegeliana introduziu o negativo e o contraditório no movimento da natureza e da história, isto é, aparentemente rompe com a lógica formal da tradição racionalista. Ora, mesmo Hegel tendo incluído a contradição e a negatividade (a diferença) na filosofia como um momento necessário do absoluto, a diferença continuará subsumida ao conceito de verdade transcendental-universal e a um fundamento. Deleuze, assim, propõe pensar a diferença em si mesma retirando o caráter negativo dado pela grande maioria da tradição filosófica.

Segundo Hegel, parece que a “contradição” suscita muito pouco problema. Ela tem uma função totalmente distinta: a

contradição se resolve e, resolvendo-se, resolve a diferença, ao remetê-la a um fundamento. O único problema é a diferença. O que Hegel critica em seus predecessores é o terem permanecido num máximo totalmente relativo, sem atingir o máximo absoluto da diferença, isto é, a contradição, o infinito (como infinitamente grande) da contradição. Eles não ousaram ir até o fim (Deleuze, 2006, p. 78).

Portanto, segundo Deleuze, o que a filosofia da diferença recusa é uma diferença já determinada como negação, implicando e envolvendo o negativo. Na verdade, a diferença é em sua essência objeto de afirmação, ela própria é afirmação. Como consequência disso, percebe-se que a filosofia da diferença deleuziana subverte o platonismo ao recusar o primado de um original sobre a cópia. O simulacro, pois, é o verdadeiro que dissolve a identidade das coisas aniquilando todo o fundamento.

*

A filosofia da diferença deleuziana traz uma novidade que é pensar o pensamento sob outra lógica que a tradição filosófica construiu. Isso reverberou na nossa contemporaneidade como uma nova forma de tentar compreender o mundo e a sociedade. Não quer dizer que as filosofias ditas da identidade ou do universal deixaram de influenciar nosso pensamento e atitudes. Pelo contrario, essa é ainda a visão majoritária e transmitida fortemente pelas nossas instituições, mormente, a escola que é devedora direta de uma visão filosófica humanista. O fato do surgimento de filosofias que destoam da tradição oxigena o pensamento e nos traz outras possibilidades de resistir ao que nos padroniza e nos assujeita a um modo de agir e de pensar.

Hoje o *Capitalismo Mundial Integrado*⁴ produz subjetividades capitalísticas através de inúmeros dispositivos e estratégias de controle e disciplinamento. A escola, como bem mostrou Foucault, em *Vigiar e Punir*, é uma das instituições com o poder de docilizar o corpo e a alma. Porém, podemos também encontrar nela possibilidades de fuga e resistência.

Não negamos aqui a importância dos movimentos sociais que deram visibilidade às ditas minorias a partir do século XX como: 1. Os movimentos raciais (racismo e inclusão social); 2. Mulheres, feminismo e relações de gênero; 3. Gays e lésbicas (direitos civis – homofobia); 4. Trabalhadores rurais; 5. HIV; 6. Étnicos; e 7. Ecológicos. Apenas, ressaltamos que a grande maioria desses movimentos era, e

⁴ Termo utilizado por Guattari como alternativa ao de “globalização”. De acordo com ele, este é generalista por demais e que vela o sentido fundamentalmente econômico da mundialização.

ainda são, na sua grande maioria, embasados pelo registro da lógica identitária. O que acarreta em uma falsa busca de identidades subordinadas, ou seja, que desviam das identidades padrão. Pode-se afirmar que as identidades culturais são construídas histórica e politicamente, isso quer dizer que elas podem ser feitas e desfeitas. Como por exemplo, não existia até o século XIX, pelo menos no ocidente, a noção de identidade homossexual (ser homossexual e conseqüentemente não ser heterossexual).

Ora, todas essas categorias rotulam e estancam as várias possibilidades de ser e estar nesse mundo, gerando assim uma padronização do modo de ser homossexual. No caso do homem, o jeito de se vestir, falar, se comportar, até os ditos “trejeitos” são forjados por essa noção de identidade que tenta abarcar como um “guarda chuva” todos os ditos homossexuais. Mas, onde se enquadrariam outras noções de sexualidade que escapam às identidades? Aos padrões? Seriam outras identidades?

Aí que se encontra a importância da noção de *diferença* tratada por Deleuze. Pois, os conceitos de *universalidade* e *identidade* entraram em crise juntamente com a *razão* colocando em xeque todo o edifício teórico e prático construído pela tradição filosófica. Portanto, se ainda hoje é complicado tratar dessas ditas Identidades Culturais ou Minorias na instituição escolar, imagina trata-las sob uma ótica que afirma a *diferença* e o não fundamento?

Ora, a educação institucionalizada contemporânea, a partir de seus currículos, parece ainda não saber lidar com a evidência dessas diferenças. Ou seja, a escola que segue um padrão cultural reacionário “jamais” trataria de forma positiva e afirmativa modos de existência que destoam do padrão social. Claro que isso não é simples, até porque a própria sociedade civil condena qualquer tentativa de implementar questões ditas polêmicas na escola.

Como a escola é subordinada aos processos de subjetivação impostos pelo *Capitalismo Mundial Integrado*, qual seriam as chances dela resistir, sendo inclusive contestadora dos modelos excludentes e identitários? Creio que antes de qualquer exigência de mudanças sociais coletivas é necessário uma intervenção etho-política de todos os participantes da instituição escolar. Pensar a ética e a política e criar hábitos sociáveis vai para além de uma capacitação técnica e profissionalizante. A escola, dessa forma, pode resistir criando outros espaços e tempos que fujam da regra vigente, do padrão, do idêntico. Agora, como fazer isso? Criando.

Se admitirmos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que estas identidades

estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política; isto é que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (SILVA, 2009, p.85-86)

Referências

DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURLANI, Jimena. *Políticas identitárias na educação*. in: *Movimentos sociais, educação e sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SILVA, Kelly da. *Formação de professores e currículo: gênero, sexualidade e identidade em questão*. in: *Sujeitos, subjetividades e educação*. Org. Anderson Ferrari. Juiz de Fora: Editora. UFJF, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.